

## **Narrativas sobre o testemunho: uma análise de relatos de mulheres privadas de liberdade publicados pelo *Intercept Brasil*<sup>1</sup>**

Maria Eduarda da Silva Sperandio<sup>2</sup>  
Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG

### **Resumo**

Este artigo analisa as narrativas veiculadas por duas reportagens do Intercept Brasil a partir do testemunho de mulheres que foram impactadas pelo sistema prisional brasileiro. Nas matérias *O alto preço do encarceramento feminino* (Ruas; Lisboa, 2018), e *Uma pena perpétua* (Dolce, 2023), as jornalistas recorrem a relatos, sobretudo para denunciar situações de injustiça, violência e misoginia, visando uma possível subversão de valores do jornalismo hegemônico. Para pensar como esses movimentos se articulam, esta pesquisa entende que o processo de construção de narrativas independentes está em constante fricção com parâmetros do jornalismo tradicional de objetividade e imparcialidade.

**Palavra-chave:** Narrativas; testemunho; *Intercept Brasil*; sistema prisional; gênero.

### **Introdução**

A pena privativa de liberdade no Brasil visando uma suposta reinserção social está associada à cultura punitivista da conduta considerada criminosa. Correspondendo ao que o aprisionamento dos corpos pretende, segundo o Relatório de Informações Penais da Secretaria Nacional de Políticas Penais, cerca de 800 mil pessoas estão presas no Brasil hoje, sendo 45 mil delas mulheres. Além da superlotação das celas, das condições insalubres de sobrevivência e de outras violações dos direitos humanos pelo Estado, no caso das figuras femininas ainda há as especificidades de gênero, como a maternidade e a condenação moral, que punem para além do cárcere (Lago, 2014).

Diante do estigma da mulher encarcerada, o jornalismo - sobretudo o “tradicional”, veiculado nos grandes polos da imprensa nacional - tende a reproduzir certos estereótipos sobre essas figuras a partir da não caracterização das violências de gênero e da invisibilidade como um caminho para a (re)vitimização da mulher. Essas disputas de narrativas no jornalismo emergem, ainda, para uma série de discussões

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no Grupo de Pesquisa Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão, evento integrante da programação do 48º Congresso de Ciências da Comunicação Nacional, realizado de 01 a 05 de setembro de 2025

<sup>2</sup> Jornalista e mestranda em Comunicação Social pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais, email: mariaeduardasperandio181@gmail.com

atreladas à busca por parâmetros da instituição moderna, como imparcialidade e objetividade.

Após a Ditadura Civil-Militar brasileira (1964-1985), veículos de comunicação como o Grupo Globo, a Folha de São Paulo, o Grupo Abril, o Grupo Estado e o Grupo Bandeirantes se solidificaram como parte da mídia hegemônica nacional, formando um oligopólio jornalístico (Bonfim; Sartor; Vieira, 2021). Em contraponto, desde então, surgiram importantes iniciativas de jornalismo independente no país, que propõem certo distanciamento desses grandes grupos e das influências econômicas às quais eles estão submetidos. É o caso do jornal *Intercept Brasil*, cuja proposta editorial inclui ultrapassar, ou ao menos contornar, alguns desses princípios pré-estabelecidos sobre a prática jornalística.

Quando surgiu em 2016, o *Intercept Brasil* se destacou em razão de sua cobertura da crise política em Brasília, em meio ao impeachment de Dilma Rousseff, a Operação Lava Jato e as prisões de parlamentares, ex-ministros e empresários. Com o passar dos anos, outras editorias como economia, comportamento, internet, sociedade e meio ambiente também se destacaram. Na aba “Quem somos nós” de seu site, o jornal afirma que sua atuação é “dedicada à responsabilização dos poderosos por meio de um jornalismo destemido e combativo”. A série de reportagens “Vaza Jato”, de 2019, que revelou conversas entre o então Juiz Sérgio Moro, o promotor Deltan Dallagnol e outros membros da Operação Lava Jato, teve ampla repercussão política (Melo, 2022) e serviu para legitimar esse propósito.

Em materiais sobre mulheres com trajetórias relacionadas ao sistema carcerário brasileiro, o veículo explora relatos a partir de experiências pessoais, mas que ultrapassam o sentido da individualidade. Enquanto narrador dessas figuras tão estigmatizadas, o jornalista, sobretudo aquele que propõe se aproximar de sua fonte, se depara com uma narração anterior à narração jornalística: o testemunho. Partindo da perspectiva de um primeiro narrador, então, os relatos podem tomar rumos diversos, com narrativas posteriores nem sempre lineares (Leal, 2022).

Diante disso, narrar o testemunho dessa população objetivando subverter os estigmas sobre mulheres encarceradas no Brasil é oferecer um novo ponto de vista para além do punitivismo comumente imposto a essas figuras. Este é o caso das reportagens

---

*O alto preço do encarceramento feminino* (Ruas; Lisboa, 2018), e *Uma pena perpétua* (Dolce, 2023), do *Intercept Brasil*.

Ambas narram as histórias de Jéssica Monteiro, Jéssica Rodrigues e Jocasta dos Santos, todas com trajetórias entrelaçadas ao sistema carcerário. Visando denunciar situações de injustiça, violência e misoginia a partir de questionamentos sobre a aplicação da Lei das Drogas, as matérias são construídas a partir de entrevistas com “fontes primárias”, conversas presenciais com as próprias “personagens”. Escritas, respectivamente, por Carla Ruas e Silvia Lisboa e por Julia Dolce, as reportagens têm cerca de 20 laudas cada - a primeira foi publicada em março de 2018 e a segunda, em outubro de 2023.

*O alto preço do encarceramento feminino* propõe expor o peso do encarceramento não só para as mulheres submetidas a ele, mas também para outras que exercem as redes de apoio das encarceradas. A reportagem detalha o momento em que Jéssica Rodrigues abrigou as três filhas da prima, Jocasta dos Santos, durante o período de sua prisão por envolvimento com uma organização criminosa. A partir do testemunho da própria Jéssica, as autoras questionam a eficácia da Lei das Drogas e a ação da Justiça para diferentes classes sociais, pensando na negligência do Estado com a maternidade, já que milhares de crianças dependem das mães para a manutenção da vida.

Cinco anos depois, o encarceramento feminino no Brasil aparece de uma forma similar no *Intercept Brasil*. Em *Uma pena perpétua*, Julia Dolce (2023) propõe a ideia de “condenação perpétua” a partir da história de Jéssica Monteiro, mulher que foi presa grávida e teve atendimento médico negado pela delegacia. Na matéria, a construção narrativa se baseia no fato de que, mesmo passados anos de sua condenação por 20 meses, Jéssica ainda paga pelo período de cárcere com a vulnerabilidade habitacional, o abandono e as memórias traumáticas. É evidente, portanto, que relatos como esses suscitam uma série de tensões entre o que foi testemunhado, depois narrado, para então, por fim, ser reportado.

### **Entre o ouvir e o narrar**

Pensando nos atravessamentos que existem entre o ouvir e o narrar situações de trauma, o brasileiro Márcio Seligmann Silva (2008) traz pontos interessantes acerca do ato de lidar com a narração de momentos de angústia em seu artigo *Narrar o trauma - A questão dos testemunhos de catástrofes históricas*. Para o autor, a base da pulsão testemunhal traz a angústia de lembrar novamente da narrativa em que se está contando ou ouvindo, tanto para a testemunha-fonte quanto para a testemunha-repórter (Seligmann-Silva, 2008; Peres, 2016).

Neste caso, escrever sobre uma população invisibilizada é permitir que o jornalismo dê voz à política de memória e negue os fatos ao esquecimento. O campo da memória, nesse caso, é espaço de absoluta necessidade (Seligmann-Silva, 2008). Conforme Maurice Halbwachs (1990), a memória não é apenas conservação, mas uma reconstrução baseada em "quadros sociais da memória", que dependem da língua, tempo e espaço do grupo. Por isso, mesmo que haja esforço para “recuperar” o que se viveu por meio da lembrança, o processo de testemunho também é a reformulação pessoal do acontecimento coletivo.

Na reportagem *O alto preço do encarceramento feminino*, Carla Ruas e Sílvia Lisboa trazem uma série de detalhes vividos não só por Jéssica Rodrigues, mas também pela vizinha, pelas três crianças, por Jocasta dos Santos e por outros envolvidos:

Ao abrir a porta, levou um susto: deu de cara com três meninas, com idades entre três e oito anos, debaixo de chuva. Uma vizinha que acompanhava as crianças explicou que a prima de Jéssica, Jocasta dos Santos, tinha sido presa naquela manhã por organização criminosa ligada ao tráfico de drogas, e tinha nomeado Jéssica para cuidar das crianças (Ruas; Lobo, 2018).

Apesar do testemunho íntimo que Jéssica deu às jornalistas, a narrativa ainda assim é construída a partir de sua percepção. A reação de susto que a atingiu diante da visita inesperada é sujeita às subjetividades de seu ser enquanto mulher que já cuidava do enteado, vivendo em uma casa de apenas dois cômodos. Por outro lado, se o testemunho viesse por parte da vizinha ou pela própria encarcerada, Jocasta dos Santos, supõe-se que os *pormenores insignificantes*<sup>3</sup> seriam outros.

Um fenômeno semelhante se observa na reportagem *Uma pena perpétua*, onde Jéssica Monteiro conta sobre sua relação conturbada com a Justiça Brasileira. Neste

---

<sup>3</sup> Roland Barthes (1972) propõe o “efeito do real” para explicar a verossimilhança adquirida por detalhes que transformam a ambientação e caracterizam as fontes. O pormenor insignificante revela a necessidade de detalhes para a narrativa realista e a credibilidade que a produção textual passará ao leitor, seja ela composta de palavras, imagens ou sons

caso, por outro lado, o relato vem da própria egressa, fato que influi sobre uma série de características no processo de construção da narrativa jornalística. Alguns detalhes da reportagem somente Jéssica poderia oferecer:

Acusada de tráfico de drogas com um flagrante de 90 gramas de maconha cujo porte ela nega, Jéssica teve assistência médica negligenciada pela delegacia, chegou a ter sua dilatação avaliada por um policial diante de outros presos, e quase deu a luz ao filho, Enrico, atrás das grades. Levada ao hospital nos últimos instantes para o parto, ela passou três dias internada com o recém nascido, e depois foi reconduzida com ele à cela da delegacia. Ela lembra que diversos policiais entraram no quarto do hospital e a fotografaram algemada no leito, rindo. “Falavam que eu estava traficando com o bebê”, ela me disse (Dolce, 2023).

Pensando no testemunho de trauma, que por vezes é contado por um sobrevivente, e que, neste caso, se transforma em narrativa veiculada por um portal significativo da imprensa alternativa brasileira, essas reportagens atuam na fronteira entre a memória individual e coletiva. As jornalistas, que exercem o papel de ouvintes, não são meras mediadoras, mas também atuam como agentes desses relatos de violência por meio da quebra de padrões jornalísticos que geralmente re(violentam) mulheres encarceradas e egressas.

A participação dos indivíduos como testemunhas é formada narrativamente ao longo do relato jornalístico, o que não implica que o testemunho esteja limitado ao mundo discursivo (Lage, 2013; Peres, 2016, p. 100). Seligmann Silva (2008) contribui: “Sem a nossa vontade de escutar, sem o desejo de também portar aquele testemunho que se escuta, não existe o testemunho. O dialogismo do testemunho o transporta para o campo da pragmática do testemunho”. Serve ao discurso jornalístico, então, sediar o papel de mediação da política de memória a partir da narrativa que se dá às histórias do mundo.

### **Jornalismo e modernidade**

Nas reportagens *O alto preço do encarceramento feminino* e *Uma pena perpétua*, os fatos narrados são provenientes de acontecimentos anteriores no espaço/tempo. A constituição da narração das jornalistas, nesse caso, parte dos processos de interpretação e significação dos relatos que, necessariamente, demandam tempo para análise crítica.

---

Nessas duas reportagens, o “eu” das autoras ocupa um espaço que abriga plurais narrativas. Com essas construções, é evidente que os ideais do jornalismo enquanto instituição moderna, como objetividade e imparcialidade, entram em conflito com a ação de testemunhar ou ouvir o testemunho, já que a manifestação é repleta de subjetividade e emoção daquela que conta, além da pessoalidade do próprio jornalista em relação ao que é narrado (Leal, 2022).

O “jornalismo moderno”, prática associada à objetividade, neutralidade e imparcialidade, é legitimado por uma série de dispositivos e fatores interconectados que visam configurar o profissional e as práticas jornalísticas (Biroli, 2007). Incentivada no século XXI, a objetividade, parâmetro intrínseco à estruturação dos meios de comunicação e à necessidade de constituir o jornalista como um trabalhador produtivo e normatizado, tem atuado fortemente para a construção de um ideal de “progresso”.

Subvertendo ao modelo estadunidense de jornalismo, por outro lado, iniciativas jornalísticas como o *Intercept Brasil* têm se aproximado de perspectivas contra-hegemônicas. Neste caso, entende-se que as condições narrativas não dizem respeito somente ao tronco da produção jornalística, mas também a outras noções de mundo a partir, também, das áreas do conhecimento informal e empírico, abandonando o ideal utópico de processos comunicativos dependentes de um fim. De um ponto de vista múltiplo, os processos das linguagens são “caminho para entender os textos e os processos comunicativos em que têm sua existência” (Leal, 2018, p. 20).

Analisando as reportagens do *Intercept Brasil*, por exemplo, há momentos em que a aparição dos sentimentos rejeita a imparcialidade esperada pelo jornalismo, como no trecho: “Ao ver a prima, Jessica correu para acordar as crianças. A família reunida se abraçou por vários minutos enquanto choravam lágrimas de alegria e alívio” (Ruas; Lobo, 2018), ou na parte:

Vestindo uniforme e um pano colorido cobrindo a rede de proteção sobre os cabelos, Jéssica distribui sorrisos, abraços e promessas de conversas após a entrevista para amigos atendidos pelo projeto, alguns apresentando claros sintomas de abstinência de dependência química (Dolce, 2023).

Acerca disso, Silviano Santiago (1989) aponta que o jornalista ainda se situa como um “narrador pós-moderno”, que lança um olhar a uma vivência alheia a ele. Uma das formas de reconstruir um fato do passado experienciado por outra pessoa é a entrevista. Mas, se a técnica é utilizada para estabelecer um diálogo entre o contador da

história e o entrevistador, há camadas culturais que tensionam o olhar do jornalista e perpassam o acontecimento até a versão final de um testemunho (Peres, 2016).

Ana Cláudia Peres (2016) analisa que narrar o testemunho do outro é partir do jornalismo, também, como uma modalidade de testemunho. Neste caso, os detalhes, os rastros da descrição de uma circunstância estão presentes na história do próprio narrador. Nas reportagens, a potência narrativa estaria nas pegadas deixadas pelas jornalistas (Peres, 2016, p. 95), escancaradas na ideia de que as três reportagens observadas foram produzidas e redigidas por mulheres, condição importante para o processo de identificação das violências de gênero vividas por Jéssica Monteiro, Jéssica Rodrigues e Jocasta dos Santos.

### **Considerações finais**

As reportagens analisadas do *Intercept Brasil* demonstram a potência do jornalismo em atuar como um veículo de denúncia e de (re)construção da memória, ao mesmo tempo em que questionam e subvertem as convenções das práticas jornalísticas tradicionais, revelando a complexidade e a subjetividade inerentes à narração do testemunho de trauma.

Buscando um novo olhar para além do punitivismo comumente imposto a essas figuras, observa-se que as narrativas atuam como instrumentos potentes à política de memória, questionando os parâmetros tradicionais de objetividade e imparcialidade do jornalismo hegemônico. Em vez de mediadoras, as jornalistas são consideradas agentes desses relatos de violência.

Por fim, também entende-se que não há um ideal de jornalismo a ser alcançado como prática legitimada. Partindo da crença de que o sujeito pesquisador tem de conhecer para investigar outras realidades sociais, cabe aos estudos das práticas jornalísticas a problematização da ação do sujeito de fala que conhece o testemunho, o escuta e tende a transmiti-lo ao leitor.

---

## Referências

- ANTUNES, E. Acontecimento, temporalidade e a construção do sentido de atualidade no discurso jornalístico. *Contemporânea* (Salvador) , v. 6, p. 1-21, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/contemporaneaposcom/article/view/3517>. Acesso em: 17 set. 2024.
- BIROLI, Flávia. Técnicas de poder, disciplinas do olhar: aspectos da construção do “jornalismo moderno” no Brasil. *História*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 118-143, 2007.
- BOMFIM, I. ; SARTOR, B. ; VIEIRA, K. M. O embate entre o jornalismo tradicional e o The Intercept Brasil a partir do caso #InterceptNoRodaViva. In: BOMFIM, Ivan; SARTOR, Basilio; MOURA VIEIRA, Karine; VEIGA DA SILVA, Marcia. (Org.). *Mídia e Zeitgeist*. 1ed. Florianópolis: Insular, 2021, v. 1, p. 19-58.
- BRASIL. Sistema de Administração Penitenciária. Relatório de Informações Penais. Disponível em: <https://www.gov.br/senappen/pt-br/servicos/sisdepen/relatorios>. Acesso em: 17 jun. 2025.
- COSTA, V. S.; JÁCOME, P. H. . Jornalistas e suas percepções sobre a cobertura da violência de gênero. In: Bruno Souza Leal; Carlos Alberto de Carvalho; Elton Antunes. (Org.). *Um problema cotidiano: jornalismo e violência contra mulher no Brasil*. 1ed. Belo Horizonte: Selo PPGCOM - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2020, v. , p. 139-157.
- CRUZ, W. Gestão de pessoas: um estudo acerca do recrutamento e seleção de pessoal. **Revista OWL (OWL Journal)**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 14–29, 2023. Disponível em: <https://revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/6>. Acesso em: 18 set. 2024.
- DOLCE, Julia. Uma pena perpétua. *The Intercept Brasil*, 2023. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2023/10/11/parto-na-delegacia-cinco-anos-de-pena-e-despejo-jessi-ca-paga-o-preco-da-lei-de-drogas/>. Acesso em: 18 set. 2024.
- GAGNEBIN, J. M. **Lembrar, escrever, esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2006.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- LAGE, L. R. O testemunho do sofrimento como problema para as narrativas jornalísticas. In: **Revista Contracampo**, vol. 27, n. 2, p. 71-88. Niterói, 2013. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/contracampo/article/view/17501>. Acesso em: 18 set. 2024.
- LAGO, Natália Bouças do. *Mulheres na prisão: entre famílias, batalhas e a vida normal*. 2014. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 10 fev. 2014. Disponível em: [https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-23042014-114955/publico/2014\\_NataliaBoucasDoLago\\_VCorr.pdf](https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-23042014-114955/publico/2014_NataliaBoucasDoLago_VCorr.pdf). Acesso em: 17 jun. 2025.
- LEAL, B. S. ; ANTUNES, E. Os desafios de dizer: aproximações ao testemunho midiático a partir de notícias sobre violência contra a mulher no Brasil. *REVISTA LATINOAMERICANA COMUNICACIÓN CHASQUI* , v. 1, p. 275-293, 2018. Disponível em: <https://repositorio.flacsoandes.edu.ec/xmlui/bitstream/handle/10469/14361/REXTN-Ch137-18-Souza.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 19 set. 2024.
- MELO, C. P. “#Vazajato”: os indicadores de transparência editorial nas reportagens da série jornalística do The Intercept Brasil. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Federal da Paraíba (Dissertação), 2022. Disponível em:

[https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/26809/1/CI%c3%a9bioPereiraDeMelo\\_DiSSERT.pdf](https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/26809/1/CI%c3%a9bioPereiraDeMelo_DiSSERT.pdf). Acesso em: 18 set. 2024.

MOUILLAUD, M.; PORTO, S. D. (org.). **O Jornal: da forma ao sentido**. 3. ed. Brasília: UnB, 2012.

PERES, A. C. Narrar o outro: notas sobre a centralidade do testemunho para as narrativas jornalísticas. **Galaxia** (São Paulo, Online), n. 31, p. 92-104, abr. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/sRNLXqKYBTsmVQggzBZ8r8j/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 18 set. 2024.

RESENDE, F. **O olhar às avessas: a lógica do texto jornalístico**. Tese apresentada ao Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Ciências da Comunicação. São Paulo, 2002.

RUAS, C.; LISBOA, S. O alto preço do encarceramento feminino. The Intercept Brasil, 2018. Disponível em: <https://www.intercept.com.br/2018/03/08/encarceramento-feminino-mulheres/>. Acesso em: 19 set. 2024.

SANTIAGO, S. O narrador pós-moderno. In: SANTIAGO, S. **Nas malhas da letra**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p. 38-52.

SELLIGMAN-SILVA, M. Narrar o trauma: a questão dos testemunhos de catástrofes históricas. In: **Revista de Psicologia Clínica**, vol. 20, n. 1, Rio de Janeiro, p. 65-82, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pc/a/5SBM8yKJG5TxK56Zv7FgDXS/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 18 set. 2024.

SELIGMANN-SILVA, M. O local do testemunho. **Tempo e Argumento**, v. 2, n. 1, p. 3-20, 2010.